



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

ESTADO MODERNO E A CATEGORIA DOMINAÇÃO: UM ENSAIO TEÓRICO

ANA VIRGINIA DO NASCIMENTO MOREIRA¹

RESUMO

Este texto busca realizar uma teorização sobre o Estado moderno burguês e a sua relação com a categoria dominação, baseado no pensamento marxista. Seguindo a perspectiva materialista histórico dialética e utilizando-se da revisão bibliográfica, compreende-se o Estado enquanto um espaço contraditório e organização do capitalismo, enquanto mediador dos antagonismos e conflitos entre as classes sociais, assumindo a forma política do capital, no intuito de assegurar a sua reprodução. Para isso, o Estado utiliza-se de vários mecanismos, dentre eles a legalização da dominação de uma classe social sobre a outra, demarcando a sua funcionalidade na sociedade do capital. Cabe considerar que este Estado foi criado pela sociedade e consolida como um ambiente de tensões e lutas.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Dominação. Sociedade.

ABSTRACT

This text seeks to make a theorization about the modern bourgeois state and its relationship with the category of domination, based on Marxist thought. Following the dialectical historical materialist perspective and using the bibliographic revision, we understand the state as a contradictory space and organization of capitalism, as a mediator of the antagonisms and conflicts between social classes, assuming the political form of capital in order to ensure its

¹ Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 3ª Região - Fortaleza

reproduction. For this, the state uses several mechanisms, among them the legalization of the domination of one social class over another, demarcating its functionality in the society of capital. It is to be considered that this state was created by society and consolidated as an environment of tensions and struggles.

KEYWORDS: State. Domination. Society.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna capitalista, vários são os elementos que contribuíram historicamente para alcançarmos a forma como o Estado se organiza e a própria sociedade. Dentre os aspectos conceituais do Estado moderno, pode-se destacar como uma organização política, cuja função é de regulação social. Seus mecanismos para potencialização do domínio podem se dar tanto no âmbito territorial, quanto sobre os homens.

As teorias marxistas defendem que, a sociedade civil concebe o Estado enquanto sua expressão, embora que no campo da aparência se visualize o Estado enquanto soberano. Na iminência de se aprofundarem os antagonismos de classe, o poder público se reforça. O Estado é uma instância criada em meio ao conflito de classes, representando os interesses em comum da classe dominante.

[...] Em *O 18 de brumário*, com base na complexa trama resultante da luta e da convergência das múltiplas classes e frações de classe ali elencadas, Marx descreve um novo e mais concreto tipo de Estado capitalista, o Estado “bonapartista”, cuja autonomia relativa em face da classe economicamente dominante é muito maior do que aquela permitida pela conceituação abstrata do Estado como “comitê executivo da burguesia” (Coutinho, 2011, p. 72-73).

Sobre o Estado na sociedade capitalista, de acordo com Lenin (2011), assume conotações diferenciadas, a depender das particularidades de cada país, tendo em comum sua existência na sociedade burguesa e alguns traços essenciais. Os dominadores da produção são legitimados por legislações que legalizaram o processo de exploração da força de trabalho. Mediante esse contexto de exploração, os indivíduos não vivenciam a liberdade na república. A democracia burguesa constitui um traço essencial, uma vez que, a legislação excludente e o processo de exploração impossibilitam a classe trabalhadora (pobre), de alcançar espaços representativos e

políticos. Sendo assim, o que se observa são os oprimidos tendo que eleger os membros da classe trabalhadora, que assumirá o poder e legalizará mais mecanismos de dominação.

Segundo Mascaro (2013), a análise crítica do Estado deve ter como ponto de partida a análise crítica da economia política capitalista, em seus processos de exploração, dominação e crises. O autor compreende o Estado como um terceiro elemento no âmbito do sistema capitalista, sendo esse “afastamento” a chave essencial para a reprodução do capital, cabendo ao Estado proporcionar a garantia aos meios para que a produção ocorra e os vínculos jurídicos de exploração.

Este trabalho se propõe a realizar um debate teórico sobre o Estado moderno burguês, a partir da categoria dominação, como um fator intrínseco às relações sociais e de produção, cujos reflexos recaem sobre a sociedade, os direitos sociais e os mecanismos de proteção social.

Torna-se imprescindível compreender os elementos que compõem a totalidade da dinâmica do Estado moderno, uma vez que, este é peça fundamental no processo de consolidação e da tomada de poder da sociedade burguesa. Nesse sentido, verifica-se que as relações de dominação, expressas âmbito do real, sendo o Estado um órgão que possibilita essa dominação, são imbuídas de elementos históricos e com múltiplas determinações. Ao compreender esse processo em sua totalidade, é possível refletir sobre os impactos que as relações de dominação e das medidas adotadas no âmbito estatal, no âmbito das relações sociais.

Para isso, o objeto deve ser analisado a partir da dialética, na busca pela essência. Os autores nos permitem ter um panorama dos conceitos para compreender a consolidação do Estado moderno, enquanto uma organização contraditória. Na moderna sociedade burguesa, o sujeito é dado na realidade, onde as categorias “[...] expressam forma de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito” (Marx, 2011, p. 85). As categorias pensadas na sociedade burguesa servem para compreender a estrutura de organizações que vieram antes. Sendo assim, considerando a categoria como explicativa da realidade, espera-se que a discussão teórica venha a nuclear toda uma compreensão sobre a realidade concreta, articulando uma compreensão histórica.

2. ESTADO MODERNO BURGUEÊS: TERCEIRO PILAR NA RELAÇÃO DINÂMICA DO CAPITAL

Para pensar os contornos do Estado na contemporaneidade faz-se necessário refletir a prática política burguesa e os elementos ideológicos, envoltos nas sociedades contemporâneas. Mas, para além disso, deve-se compreendê-lo como resultante de um processo histórico, permeado de estruturas dinâmicas e contraditórias dentro da totalidade da reprodução social (Mascaro, 2013).

O Estado consistiria em um produto da sociedade em desenvolvimento, diante das suas próprias contradições e antagonismos. Lenin (2011) em diálogo com a obra de Engels, afirma que com o intuito de contornar os conflitos existentes entre ambas as classes (antagônicas e com interesses econômicos contrários), foi necessário firmar o que Engels denomina de *força*, acima da sociedade, para amortecer essa zona de conflitos e estabelecer a ordem social, força essa denominada de Estado.

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (Lenin, 2011, p. 37).

A ideia de que o Estado atuaria como conciliador de classes, para Lenin, tem origem na ideologia burguesa, onde essa tentativa ideológica pode se configurar como estratégia para mascarar a real face dos interesses burgueses. Assim, a existência do Estado não persistiria, caso fosse possível que as classes sociais existente se concilhassem, uma vez que, o Estado é uma organização de dominação de classe, estabelecendo uma ordem (por meios jurídicos ou políticos), para manutenção da submissão e impacto dos interesses de classe

Logo, qual seria o caminho para atingir o objetivo de atenuar as contradições e colisões entre as classes sociais? Segundo Lenin (2011), seria através da conciliação e não da retirada dos meios de lutas das classes oprimidas. Ou seja, faz-se necessário dominar a classe trabalhadora e controlá-la não apenas pela força (exército) e pela política, mas ainda, pela disseminação de ideias.

Porém, de acordo com Lenin (2011) embora instrumento de exploração da classe oprimida, o Estado separa-se da sociedade, colocando-se enquanto instância acima dela. Sua principal



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estratégia para isso seriam a arrecadação de impostos e a dívida pública. Os funcionários públicos, por exemplo, são órgãos da sociedade e, assim, estão acima desta.

O Estado moderno é da classe poderosa, daquela que detém economicamente e politicamente o poder e, para além disso, estabelece novos meios de explorar a classe oprimida, embora em determinados contextos, é possível que haja um equilíbrio de poder, quando o poder público é representado por aqueles que atuam em proximidade com a classe oprimida. Nesse ponto, Lenin (2011), faz uma reflexão acerca dos funcionários públicos e o que os coloca acima da sociedade. Ou seja, a partir dessa representação, aqueles que atuam no âmbito do Estado, seja no âmbito do poder executivo, legislativo e judiciário, podem atuar como árbitros entre as classes sociais.

Isso demonstra mais um elemento essencial da disputa de classes. A burocracia é exercida através do Estado, então, aqui, temos mais um elemento para ressaltar seu papel e acentuar a categoria da dominação: a burocracia não se configura como uma *vontade geral*, onde, embora possa atuar com base em interesses particulares, não há adesão a uma universalidade, sendo *consciência e vontade do Estado* e protege “[...] a universalidade *imaginária* do interesse universal, seu próprio espírito” (Marx apud Coutinho, 2011, p. 59, grifos do autor).

Na democracia, é possível para os detentores da riqueza exercerem seu poder de forma indireta, porém, com mais segurança, seja através da corrupção (dos funcionários ou daqueles que ocupam papéis dentro do Estado) ou das alianças traçadas pelo Governo, por exemplo, com a Bolsa/Bancos, que no âmbito da democracia estabelece meios de exercer sua soberania sobre a riqueza.

O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção de Estado nem de poder governamental. A um certo grau do desenvolvimento econômico, implicando necessariamente na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão. Presentemente, marchamos a passos largos para um tal desenvolvimento da produção, que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, como se torna mesmo um obstáculo à produção. As classes desaparecerão tão inelutavelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e igual de todos os produtores, enviará a máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze” (Engels apud Lenin, 2011, p. 47).

Coutinho (2011), afirma que a dominação da sociedade burguesa determina a dominação do Estado, tornando impossível que a vontade geral (ou da maioria) seja colocada em prática. Nesse campo de contradições e antagonismos, observamos o Estado enquanto fenômeno



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

embasado nos determinantes históricos, que existe enquanto se mantiverem as classes antagônicas. A afirmação de Marx de que o Estado moderno representa os interesses de uma classe social - embora em dados momentos possa dialogar com os interesses e necessidades da classe trabalhadora -, define e consagra a burguesia como detentora do poder e dominante (embora seja a minoria da população), por possuir a propriedade dos meios de produção.

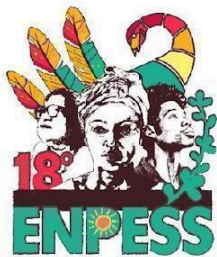
Lenin dialogando com a obra de Marx, destaca o Estado enquanto organização que possui força para sujeitar determinada classe, onde, a classe dominada é afetada pela dominação política, que guia a exploração, atendendo ao interesse de uma parcela mínima da população: a classe burguesa. A saída para superar esse processo? A classe explorada/dominada toma o poder, através da dominação política, para acabar com a exploração e atender aos interesses da maioria do povo.

A forma como o Estado se organiza hoje ocorre sem precedentes na história da organização política da humanidade, uma vez que, sua especificidade baseia-se na consolidação da sociedade capitalista: aqui, observa-se que aqueles que dominam economicamente e politicamente, de modo geral, pertencentes à mesma classe, possuem o poder sobre a sociedade.

Segundo Mascaró (2013), o processo de troca do produto da força de trabalho na sociedade capitalista ocorre, não pela força bruta, mas por intermédio de uma instância que fica afastada da classe burguesa e da classe trabalhadora: o Estado. Este é necessário para assegurar a reprodução capitalista e, através das instituições jurídicas que compõem o seu aparato estatal, estabelece mecanismos distanciados dos exploradores e explorados.

Por este afastamento, Mascaró (2013) denomina o Estado como o terceiro diante da dinâmica entre capital e trabalho, sendo parte essencial na garantia do domínio do capital sobre o trabalho assalariado, pois, caso contrário, o domínio se daria de forma direta, ou seja, pela escravidão ou servidão. Assim, compreende-se que a existência do Estado possibilita a ideia de trabalho livre e da livre troca - venda da força de trabalho para obtenção do salário -, garantido o processo de acumulação e apaziguando a classe trabalhadora.

O processo de reprodução da exploração da força de trabalho fortalece uma instituição política, *afastada* dos indivíduos, conforme Mascaró (2013), resulta desse elemento a dificuldade de se observar a intrínseca relação entre o capitalismo e Estado, onde o último, enquanto *terceiro*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

elemento dessa equação que resulta na exploração do trabalho assalariado, o Estado não seria, especificamente, um burguês.

Esse movimento demarca o Estado como um aparelho não só de repressão, mas de *constituição social* e à disposição da burguesia, pronta para exercer seu poder. Nesse sentido, contribui para que dominador e dominado sejam sujeitos de direitos, sob um regime político, além de estabelecer em determinado território uma comunidade, resultando em uma nação que combina classe burguesa e classe trabalhadora (Mascaro, 2013).

O Estado é o momento em que sintetiza-se as relações sociais específicas a partir da forma de sociabilidade estabelecida, sendo uma relação necessária para a estrutura capitalista, que onde temos o que o autor chama de *chave de sua existência*. Não é o Estado que é o soberano detentor de poder, e sim o capitalismo. O Estado é um colaborador da valorização do capital e intervém nas relações sociais, podendo (no caso do segundo elemento), em algum momento conflitar com os interesses (conservadores) da burguesia, mesmo que de forma imediata.

Sendo assim, no Estado moderno, a exploração e dominação de uma classe por outra, onde a ideia de igualdade perante a lei ou direitos do homem, é utilizada como mecanismo de dominação, marcam o papel do Estado na ordem vigente. Nesse sentido, Mézáros (2014) aponta o papel vital do Estado: a questão fundamentalmente social do uso do tempo, circula entre o avanço das forças produtivas e os princípios orientadores, utilizados para regular o metabolismo social da reprodução, ou seja, utilizados no processo de controle.

3. A CATEGORIA DOMINAÇÃO E SEUS MECANISMOS ESSENCIAIS: BREVES REFLEXÕES

O ponto de partida do pensamento de Marx em *Grundrisse*² (2011) é a análise do indivíduo, enquanto ser produtor no âmbito da sociedade, ou seja, um indivíduo que não pode ser pensado descolado da totalidade que compõe a sociedade burguesa. Pensar a sociedade burguesa, requer compreender os mecanismos de dominação envolvidos nas relações sociais, cujo indivíduo se originaria na história (Marx, 2011).

² Obra póstuma, elaborada a partir do esboço da crítica da economia política, elaborado por Marx, entre os anos de 1857-1858.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] Trata-se, ao contrário, da antecipação da “sociedade burguesa”, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado (Marx, 2011, p. 54).

Nesse sentido, Marx (2011) pontua que o indivíduo surge ao longo da história como dependente, como parte de um todo maior, sendo a princípio vinculado à família e a comunidade na qual está inserido; mas, com o advento da sociedade burguesa, “[...] as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior” (Marx, 2011, p. 55). Para entender melhor o contexto de consolidação da classe burguesa e, conseqüentemente, de sua dominação sobre a classe trabalhadora, Marx realizou uma incursão teórica em torno da produção³ e suas determinações, enquanto fase de desenvolvimento social dos indivíduos.

De acordo com Marx (2011, p. 58), um dos elementos das condições gerais para a produção, é pensar o avanço constante ou a interrupção desse avanço pela sociedade, onde, para isso, o *povo industrial* necessita alcançar seu auge de produção, concomitante ao seu auge histórico, mas para Marx, esse não seria o mais importante: é necessário destacar as relações burguesas pontuadas na história como definitivas leis naturais que regem a sociedade.

Não apenas os proprietários dos meios de produção, mas todos que compõem a sociedade, recebem uma *cota da produção*, seja através de salários ou impostos, por exemplo, onde, isto estaria definido através de leis diferentes que determinam esse repasse: “[...] Os dois pontos fundamentais que os economistas colocam sob essa rubrica são: 1) propriedade; 2) sua proteção pela justiça, polícia (Marx, 2011, p. 59-60).

A partir da análise de Marx (2011, p. 73), é possível vincular a ideia de produção e dominação, conforme afirmado pelo autor: “[...] o povo conquistador submete o conquistado ao seu próprio modo de produção”, ou seja, a produção não pode ser pensada apenas no âmbito da confecção de mercadorias, mas, enquanto interventora na dinâmica das relações sociais. Assim sendo, Marx em diálogo com Hegel, concorda com a ideia de que a *posse* seria a relação jurídica mais simples de um sujeito; as relações de dominação e servidão, por exemplo, seriam muito

³ Apresenta características específicas de acordo com o período histórico. Segundo Marx (2011, p. 56-57), “[...] A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais concretas do que as relações estabelecidas no âmbito familiar, que nem sempre configura que este grupo possui uma *propriedade*.

[...] Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. [...] O mesmo se dá com a renda da terra. Em todas as formas em que domina a propriedade da terra, a relação natural ainda é predominante. Naquelas em que domina o capital, predomina o elemento social, historicamente criado. A renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar sua relação recíproca (Marx, 2011, p. 86-87).

Na sociedade burguesa, os indivíduos atestam seu poder social com o valor de troca, com dinheiro, onde estes indivíduos produzem direcionados a sociedade, assim como estão inseridos na produção social. Nesse processo do sistema de trocas desenvolvido, os indivíduos aparentam serem independentes no âmbito da sociedade e alheios às *condições de existências*, que são independentes dos indivíduos e geradas pela sociedade. Diante desse processo, Marx (2011), afirma que o indivíduo singular pode até conseguir superar essas relações externas e condições subordinando-as a si, mas, para determinados membros de uma classe, essa subordinação seria impossível sem que seja abolida.

O indivíduo singular pode casualmente ser capaz de fazê-lo; a massa de indivíduos dominados por tais relações não pode, uma vez que sua mera existência expressa a subordinação, a necessária subordinação dos indivíduos a elas.) Essas relações externas tampouco são uma supressão das “relações de dependência”, dado que são apenas a sua resolução em uma forma universal; são, ao contrário, a elaboração do fundamento universal das relações pessoais de dependência. Também aqui os indivíduos só entram em relação entre si como indivíduos determinados. Essas relações de dependência coisal, por oposição às relações de dependência pessoal (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, i.e., suas relações de produção recíprocas deles próprios autonomizadas), aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, ao passo que antes dependiam uns dos outros. A abstração ou ideia, no entanto, nada mais é do que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam. As relações só podem naturalmente ser expressas em ideias, e é por isso que os filósofos conceberam como o peculiar da era moderna o fato de ser dominada pelas ideias e identificaram a criação da livre individualidade com a derrubada desse domínio das ideias. Do ponto de vista ideológico, o erro era tão mais fácil de cometer porquanto esse domínio das relações (essa dependência coisal que, aliás, se reverte em relações determinadas de dependência pessoal, mas despidas de toda ilusão) aparece na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias e a crença na eternidade de tais ideias, i.e., dessas relações coisais de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes (Marx, 2011, p. 166-168).

Com base na análise de Marx (2011), a dominação torna-se imprescindível para manter o poder sobre a produção. Essa dominação não ocorre apenas pela posse do dinheiro, mas de acumular trabalho assalariado, que requerem relações e formas de acumulação distintas da que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ocorre de forma simples. Sendo assim, enquanto oposição do trabalhador, os progressos alcançados com o capital aumentam o poder da classe dominante sobre a dominada. O capital é poder dominante.

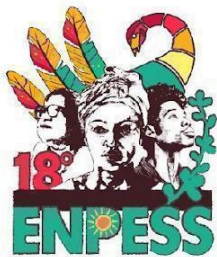
[...] Todos os progressos da civilização ou, em outras palavras, todo aumento das forças produtivas sociais, se se quiser, das forças produtivas do próprio trabalho [...], não enriquecem o trabalhador, mas o capital; em consequência, só ampliam o poder que domina o trabalho; só multiplicam a força produtiva do capital (Marx, 2011, p. 381-382).

Deste modo, é evidente que estará sempre em primeiro lugar aquilo que é benéfico a burguesia (Lenin, 2011), como medida de autopreservação. A particularidade do Estado moderno, considerando sua posição estrutural, histórica e dinâmica, ocorre segundo Mascaro (2013), pela separação do domínio econômico e o político, uma vez que os indivíduos que compõem a classe burguesa, não necessariamente, assumiram um papel de agente estatal, dando contornos específicos a figura estatal.

Essa relação torna-se complexa no capitalismo, uma vez que, em dadas circunstâncias os interesses do domínio econômico e do domínio político podem não coincidir e/ou divergir. Mas, esta divisão não se daria sem um objetivo, pois esse afastamento torna possível a reprodução capitalista. Seja na arrecadação de imposto ou na concessão e/ou ampliação, o Estado mantém a lógica do valor. Mediante a dinâmica global do capital, estabelece-se os determinantes para a própria reprodução, dentre eles, destaca-se o papel das classes sociais e da política.

Ao abordar as diversas facetas da classe burguesa para manter a dominação, Pereira (2019) faz uma análise da obra literária *1984* de George Orwell, destacando que alguns elementos desse período permanecem em cena na atualidade e merecem reflexão: a manipulação ideológica e o uso da linguagem, no intuito de garantir o controle social e se manifestam de várias formas. Pereira (2019), exemplifica para melhor compreender essa afirmação, a imposição de uma língua pertencente a uma nação, para transações econômicas a nível mundial, que colocam em segunda ordem as linguagens naturais de outros territórios. Assim, o uso da linguagem é favorável à ofensiva conservadora, mediante o processo de importação e estrangeirização de conceitos, sem os devidos tratamentos teóricos, conceitos esses que são introduzidos em legislações e políticas sociais de determinados países.

Para Pereira (2019), a própria proteção social vivencia seus emblemas diante desse contexto, pois, embora em seu significado político seja contrária às premissas hegemônicas neoliberais e neoconservadoras, estando situada em uma zona de conflitos de interesses e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possuindo um papel significativo no âmbito dos direitos sociais, dado a ofensiva capitalista, acabou submetida e redirecionada para outras finalidades: a opressão, a exploração e ações antissociais.

Atualmente, existem novas premissas usadas de forma estratégicas para garantir o êxito da dominação: o uso da linguagem e da imersão dos indivíduos em determinadas ideologias. Essas duas estratégias possibilitam o *convencimento* dos cidadãos, a aderirem ideias opostas às reais necessidades da classe trabalhadora, que constitui a grande parcela capaz de levar ao poder no âmbito do Estado, um representante democraticamente eleito.

[...] A linguagem em si, sequestrada, esvaziada e ressignificada, perde sua capacidade original de propiciar o diálogo e a comunicação e converter-se em ferramenta eficaz de fragmentação do mundo entre 'nós' e 'eles'. A prática da mistificação da realidade, que passa a ser continuamente negada e posta em xeque, aliada a um anti-intelectualismo crescente, incute no coletivo populacional uma sensação brutal de instabilidade que leva à busca baratinada por qualquer tipo de informação (Pereira, 2019, p. 64).

No momento atual, de ofensiva da extrema direita e junção do neoliberalismo (âmbito econômico) com o conservadorismo (âmbito político e social), observa-se o sucateamento das políticas sociais, onde os mais afetados são mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAP+, que compõem em sua maioria a classe trabalhadora e foram alvos do ódio estabelecido com a disseminação da ideologia defendida pela extrema direita no Brasil. Diante desse contexto, houve uma série de ataques aos direitos sociais e acirramento da luta de classes, devido a polarização que se seguiu. Segundo a autora, o neoliberalismo é tido como o único meio ideológico utilizado pela burguesia, em seu momento atual. Porém, há outra corrente, o neoconservadorismo, que conquistou a opinião das massas e potencializou a ideia do combate às ideias que vão de contra a sua ideologia através da repressão de condutas e a retomada de valores tradicionais (Pereira, 2019).

Na garantia da dominação da classe subalterna, Pereira (2020) analisa as políticas sociais, afirmando que o discurso capitalista que restringe a política social a um instrumento de garantia do bem-estar individual, configura-se como um recurso ideológico para a garantia da dominação do capital sobre o trabalho. Na regressão dos fundamentos éticos da política social, pautada no *ethos solidário*⁴, foi promovido por agente do capital, sob mediação do Estado.

⁴ *Ethos solidário*: define uma política social “[...] como política pública e direito de cidadania social, põe-se a serviço de demandas e necessidades sociais engendradas pela relação antagônica entre capital e trabalho” (Pereira, 2020, p. 88);

Esse processo foi desenvolvido em parceria com o Estado, cujo movimento se iniciou em 1945, processo denominado de *revolução neoliberal/conservadora*, cujas principais estratégias pautaram-se em debilitar o mundo do trabalho. Esse ataque ao trabalho pelo capital, se dá inclusive através da difusão de ideias moralistas e, conseqüentemente, podem tornar-se doutrinárias.

Nos trinta anos de ouro (1945-1975)⁵ a política social baseava-se numa ideia de coletividade e concretização de direitos sociais. Porém, segundo a autora, vivencia-se uma mudança neste cenário, onde podemos observar entrar em cena a ideia de uma moral individualista possessiva (alinhada com as premissas neoliberais), o que afeta as configurações das políticas sociais e a forma como o Estado passa a operacionalizar em torno das problemáticas sociais.

Nesse sentido, a autora destaca que o neoliberalismo obteve êxito apenas no âmbito político e ideológico. Por exemplo, no caso do Brasil, não houve crescimento econômico ou melhorias na qualidade de vida. Assim, esse domínio através da política e ideologia garantiu sucesso, ao disseminar a ideia de não haver alternativa às suas premissas, defendida ferrenhamente, sujeitando até o Estado a essa lógica e perpetuando a noção individualista, defensora das forças de mercado.

4. CONCLUSÃO

Ao término deste texto, resgatando os elementos essenciais para compreender a dinâmica que consolida o Estado moderno e a discussão teórica da categoria dominação, observa-se que o indivíduo no âmbito das relações sociais é dependente, uma vez que necessita da vivência em sociedade e é parte da dinâmica que a compõe. É evidente que esse movimento não elimina as suas singularidades, mas viabiliza que o mesmo seja acometido pelos mecanismos de dominação utilizados pela classe burguesa.

O resgate teórico que Marx realiza permite visualizar que a economia política é permeada de determinações universais da produção, vinculadas ao social, onde Marx afirma que a produção não é particular, ela é: "[...] um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção" (Marx, 2011, p. 58). Então, pode-se pensar a

⁵ Ler: PEREIRA, Potyara A. P. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta. In: PEREIRA, Potyara A. P. (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política. São Paulo: Cortez, 2020. P. 87-118.

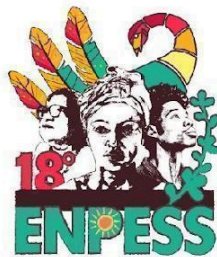
produção vinculada aos determinantes que afirmam as relações sociais, e entre esses determinantes, pensar a dominação, a partir de quem possui os meios de produção e ocupa os espaços do Estado e quem sofre alienação dos meios de produção.

Sendo assim, o Estado se consolida como um órgão de dominação de uma classe social, que não pode se conciliar com a outra, devido aos determinantes estruturais, historicamente construídos, que determina essa inconciliação. Como terceiro elemento da *equação* estabelecida na dinâmica da sociedade capitalista, possui nível político e esse afastamento dos agentes econômicos, possibilita o estabelecimento de garantias jurídicas e políticas favoráveis à reprodução do capital.

Porém, para dominar a classe trabalhadora, o Estado tem utilizado de novas estratégias, como o uso da linguagem e disseminação de ideologias, processo esse que tem afetado as políticas sociais, principalmente, ao incorporar conceitos *importados*, que acabam redirecionando as premissas das políticas públicas e as afastando dos princípios constitucionais. Não deve ser esquecido a longa trilha seguida no Brasil, para conquistar a duras penas os direitos constitucionalmente reconhecidos, porém, a junção do neoliberalismo com o conservadorismo acarretou consequências bárbaras não apenas no âmbito dos direitos sociais, mas da sociedade em si. Essa aliança levou ao Estado limitado socialmente, que restringe o acesso aos direitos sociais e assume um papel extremamente controlador concomitantemente. Dito isso, verifica-se um movimento da classe trabalhadora adotando e defendendo uma lógica deturpada, que apenas os prejudica e fortalece a dominação da classe burguesa.

Portanto, isso denota que a classe trabalhadora têm encontrado dificuldades de construção de uma unidade e estratégias de enfrentamento à ofensiva burguesa. Autores como Vladimir Lenin e István Mészáros, defendem a falência do Estado, a partir da queda do sistema capitalista. Seria esse o momento oportuno para a classe trabalhadora se articular em uma frente consolidada e consciente, dispensando teorias irracionais, para poder compreender o contexto de forma crítica, caminhando rumo à emancipação. O Estado ainda se consolida como espaço de disputas e tensionamentos, criado pela sociedade. Temos que transcender o sistema capitalista, para alcançarmos o comunismo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LENIN, Vladimir Ilych. **O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Campinas/SP: FE/UNICAMP, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MASCARO, Alysson L. **Estado e forma política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo, Boitempo, 2014.

PEREIRA, Camila. **Nova direita e Política Social: neoliberalismo, neoconservadorismo e a negação de direitos**. In: GÓIS, J. B. H.; SOUZA, S. C. Temas de Política Social: análises e discussões. Curitiba: Editora CRV, 2019, v. 1.

PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira. **Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta**. In: PEREIRA, Potyara A. P. (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política. São Paulo: Cortez, 2020. P. 87-118.